

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE FERNANDO DE AZEVEDO SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL

FERNANDO DE AZEVEDO'S PEDAGOGICAL PROPOSITIONS ON THE TEACHING-LEARNING PROCESS

Catharina Edna Rodriguez ALVES¹

RESUMO

O foco temático deste trabalho é delinear o processo educacional e a proposta pedagógica de Fernando de Azevedo, para, assim, fundamentar e legitimar a concepção política educacional desse sociólogo educador.

Desse modo, pretende-se elucidar aqui o processo educacional defendido por Fernando de Azevedo, em torno do qual fundamenta o seu discurso político educacional e pedagógico, assim como os motivos pelos quais ele se explicita de modo mais evidente e objetivo a partir dos anos 1945, ganhando centralidade em seu pensamento e uma maior clarividência das fontes teóricas nas quais se inspira.

Palavras-chave: Política; Proposta Pedagógica; Educação.

ABSTRACT

In this paper we outlined the teaching-learning process and Fernando de Azevedo's pedagogical propositions, so we could give support and legitimate the educational and political conception attributed to that sociologist and educator.

Thus, we intend to elucidate the teaching-learning process reinforced by Fernando de Azevedo, in which he extracts the basis for his pedagogical, political and educational speech, as well as the reasons why he explains himself more widely and objectively as of the year of 1945, as he gained special attention in his thoughts and a bigger clearness of the theoretical sources from which he gets his inspiration.

Keyword: Political, Pedagogical Proposition, Teaching-learning.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília/SP (UNESP). E-mail: <calvesro@marilia.unesp.br>.

Introdução

O foco temático deste trabalho é delinear o processo educacional e a proposta pedagógica de Fernando de Azevedo.

O discurso político-educacional de Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo apresenta-se como republicano, liberal por necessidade de reflexão, contrário a todos os regimes de força e tirania, socialista, profundamente preocupado com os problemas sociais. É alguém que sempre tentou conciliar justiça com liberdade, assim como o socialismo com as idéias e instituições democráticas. Fiel às palavras e convicções, inquieto quanto aos meios que busca, de forma eficaz, para realização dos fins mais altos; possui uma política corajosa, prudente, maleável, firme, audaciosa, paciente, cuidadosa com um fim prático, realizada por uma ação não explosiva, mas segura, serena, retilínea, que vai direto a seus objetivos.

Para ele, os serviços que lhe cabem orientar e dirigir são os da educação, principalmente a educação popular, rural e urbana. Com quaisquer dificuldades que venha a enfrentar, o seu dever é de organizar um plano de ação para atacar de todas as formas os problemas da educação popular e extinguir ou reduzir a ínfimas proporções a mancha aviltante do analfabetismo, em São Paulo, apanhando todas as crianças em idade de freqüentarem a escola e ampliando o plano de alfabetização, de educação dos adultos, sob os seus diferentes aspectos culturais, recreativos e profissionais, assim como o alargamento do campo educacional e seu processo de adaptação às mudanças sociais e às necessidades do meio e do indivíduo, com estímulos particulares.

Tal formação, entretanto, não ocorreria de modo espontâneo, numa civilização como a nossa, em pleno processo de desenvolvimento, mas dependeria da função social assumida pela escola, no sentido de dirigir o processo de

transmissão e de reconstrução da cultura, assim como de um Estado que garantisse educação pública a todos. Mais ainda, esse modo de formação cultural do homem aconteceria por intermédio de uma pedagogia que, desenvolvida no interior da escola, deveria contemplar os meios necessários não apenas à transmissão da cultura, como também à reconstrução, pelas novas gerações que a ela teriam acesso, com o intuito de levar em conta as disposições naturais e as vocações dos estudantes.

Isso porque a escola não poderia reproduzir as desigualdades sociais, como até então vinha ocorrendo, em nosso país, nem impor as exigências da sociedade aos estudantes, de maneira arbitrária e ditatorial, cuja ineficiência já havia sido demonstrada historicamente, no Brasil, formando homens que, sem uma cultura que lhes fosse útil e sem o espírito científico necessário à modernização social, eram apenas homens cultos, portadores de uma cultura vazia, que somente serviria como traço de distinção entre as elites e as massas. Sendo assim, o ensino ministrado nas escolas deveria ser regido por uma pedagogia que levasse em conta as vocações individuais daqueles que as freqüentassem e, concomitantemente, por uma política educacional que fosse capaz de estender a todos o processo de escolarização, democratizando o acesso à escola e, conseqüentemente, a própria sociedade.

Essa política educacional a ser desenvolvida pelo Estado deveria, ainda, ocupar-se de um processo de escolarização que permitiria uma formação única para todos, nos oito primeiros anos de ensino obrigatório, diversificando-se posteriormente, no nível secundário, em escolas de formação profissionalizante e escolas de preparação para o ensino universitário, onde teriam lugar, respectivamente, a formação dos quadros profissionais - responsáveis por atender às demandas sócio-econômicas e à diversificação funcional de nossa sociedade -, e as elites intelectuais, responsáveis pela direção do processo de modernização social e da elaboração de um projeto de desenvolvimento do país.

Nesses termos, o processo de escolarização, por intermédio dessa proposta,

seria responsável por estabelecer uma hierarquia democrática, onde os mais capazes intelectualmente assumiriam as funções destinadas às elites e os menos capazes para tal função exerceriam funções profissionais, necessárias socialmente, conforme a divisão do trabalho social fixada e as exigências do estágio social em que se encontrasse. Essa hierarquia democrática é denominada, por Fernando de Azevedo, de hierarquia das capacidades, em contraposição à hierarquia social existente, determinada muito mais pelas posições sócio-econômicas e políticas dos indivíduos que congregam as elites dirigentes do que por um processo de circulação das elites, conforme as capacidades individuais e vocações averiguadas pelo processo de escolarização, nas bases propostas. Tal processo deveria ser estendido a todos, dependendo das vocações e das capacidades de cada um, experimentadas na escola, para a definição daqueles que assumiriam a posição de elites e daqueles que se qualificariam profissionalmente.

Enfim, o tema da democracia associa-se, no manifesto, à idéia de que a educação nova deve assumir “a sua verdadeira função social, preparando para formar a hierarquia democrática através da hierarquia das capacidades, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação” (AZEVEDO, 1932, p.42).

A verdadeira democracia (liberal ou autoritária) não está apenas na ascensão global de uma classe, isto é, na elevação de nível das camadas populares (operários urbanos e rurais), mas na eliminação de obstáculos ao recrutamento seletivo, em todas as camadas sociais, à renovação do enriquecimento dos quadros culturais e políticos com todas essas forças intelectuais que, sendo mais bem conhecidas, poderiam ser mais bem empregadas e dirigidas para funções mais elevadas (AZEVEDO, 1951, p.198).

Em suma, no entender de Fernando de Azevedo, o ensino público deveria ser encarado como um problema técnico, um interesse público acima das colaborações partidárias, pois a

educação é um importante instrumento político de coesão social e formação das elites.

Para o autor, as elites correspondem forçosamente a uma minoria social que seria a expressão do mais alto grau de cultura de uma sociedade. Não se trata de uma elite definida por padrões econômicos, porém de um seletivo grupo recrutado por intermédio de processos de competição igualitária entre todos os membros da coletividade.

Por causa desses aspectos, ele designa a política de sua época como a política da educação, centrando seu campo de luta como meio de orientação geral do indivíduo a uma concepção de vida moral e política em um clima de liberdade e respeito humano (dar educação adequada, informação e cultura). Assim, para formar jovens com educação, com noções de virtudes morais, preparados para as atividades técnicas, é necessário antes de tudo dar a eles características de homens enérgicos, que sabem o que querem e estejam resolvidos a traduzir em atos os seus desejos. Para realizar isso, é preciso começar desde o início, ou seja, na primeira educação escolar, que é o ensino básico ou comum, o qual, para ele, deve ser gratuito, obrigatório e igual, quer dizer, uma educação para todos, sem diferenças sociais, raciais, políticas, enfim, gratuito, porque é um direito adquirido da população e obrigatório, por ser o ensino que insere o homem na sociedade.

A educação, para Azevedo, está intimamente ligada à filosofia de cada época que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, e não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional. Nesse sentido, a educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume uma feição mais humana para com a sua verdadeira função social, preparando-se para formar uma hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação, tendo por objetivo organizar e desenvolver os meios de ação duráveis, para

dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento, de acordo com a concepção de mundo, fazendo com que a educação nova se funde sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social e tenha o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação.

Enfim, a sua política segue as normas *do Manifesto dos Pioneiros da Escala Nova* (1932, p. 88) – do qual ele foi o redator – as quais manteve em sua prática profissional, de modo a podermos dizer que a educação era para ele uma função essencialmente pública, ou seja, todo indivíduo tem o direito a uma educação integral e cabe ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação de estrutura orgânica que torne a escola acessível a todos em todos os seus graus, sendo uma escola única, comum, contendo também a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação, princípios que assentam a escola unificada e de que decorre a finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais. Ainda dentro desse pressuposto, o manifesto apresenta algumas bases, como:

Estabelecimento de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes, econômicas e sociais da civilização atual. A organização da escola secundária (de seis anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, com escola para o povo, não preposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas, destinada, pela sua estrutura democrática a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos. (AZEVEDO, 1932, p.32).

A sua política educacional vai contra a expansão de faculdades no interior, pelo fato de ele não saber de que forma ela foi estruturada, organizada, pensada. Na verdade, para se criar

uma faculdade, a região em que ela será inserida necessita passar por uma série de estudos, análises, como o intuito de conhecer a sua estrutura física, social e econômica, bem como os cursos que a faculdade irá conter, porque devem corresponder ao que a região e a população necessitam. Além disso, a sua organização curricular, metodológica, didática e os aspectos físicos do prédio precisam ser bem estruturados, de acordo com o número de alunos e funcionários.

Em suma, a concepção humanista presente em sua política educacional estaria vinculada à ideologia burguesa e à decomposição discente das mudanças estruturais de nossa sociedade, a ser alcançada por meio da escola e de um discurso pedagógico conservador, na medida em que pressupunha um ensino centrado na criança e nos métodos, mais do que nos conteúdos, justamente num momento em que as camadas populares tinham começado a ter acesso à escolarização.

Na capital uma faculdade que possui recursos do governo já enfrenta inúmeras dificuldades, imagina uma no interior às vezes com o único recurso disponível que conseguiu é o da “politicagem” e que no meio de tantos problemas a prática docente e discente fica relegada a um segundo momento. (AZEVEDO, 1958a, p.86).

Não obstante, para que a Universidade se desenvolva, é necessário formar e desenvolver a consciência da necessidade do esforço e da disciplina com uma consciência de deveres tão profunda quanto a dos direitos, reação salutar poderosamente organizada a um tempo contra o despotismo e contra a anarquia mental, em todas as suas espécies e manifestações.

O delineamento das propostas pedagógicas

A educação necessita ser adaptada à era tecnológica, dando às escolas e às instituições

a formação de cientistas e de técnicos; no entanto, esse processo possui dois aspectos diferentes - a educação de uma sociedade de massas e a formação de cientistas -, na sociedade atual, de sorte que os professores passam a exercer funções especializadas em uma sociedade dinâmica, tecnificada e rica em oportunidades. Esse é o argumento que usa para adequar a educação, porque a escola pública brasileira deve atender às necessidades da população, e o ensino científico e o técnico, pelo alto custo, não podem ser empreendidos se não pelos poderes públicos. Assim, as instituições escolares devem ser entendidas como um sistema de transmissão e organização cultural de um país, que precisam ser compreendidas na sua estrutura e abstração, de acordo com as condições ambientais desse país.

Dessa forma, o processo educacional é visto pelo autor como um estreito vínculo com as necessidades sociais, e a filosofia, na sua concepção, é uma reflexão sistemática sobre a essência e os objetivos da cultura, de que a educação é uma das funções fundamentais; de fato, toda doutrina pedagógica inclui uma filosofia. A ação educativa sobre o indivíduo contempla sempre um fim, que é a sociedade, constituindo uma socialização metódica de cada geração; assim, a ciência, a sociologia, serve para determinar os fins da educação.

Do ponto de vista social, o plano de educação para realizar os próprios ideais de fusão espiritual de uma comunidade nacional deve, pois, abrir igual oportunidade para todos, projetando uma educação de massas em larga escala, com vistas a lançar a mais profunda sondagem nas reservas da nação, sem diferença e sem distinção de classes, recrutando, por essa maneira, desde a escola primária, a parte dinâmica dessa população, dos superdotados ou dos mais capazes, para o constante enriquecimento e a renovação incessante das elites dirigentes do país (AZEVEDO, 1958b, p.120).

Nesse caso, a prática educacional do autor propõe, em primeiro plano, conscientizar tanto pais e como mestres de que estes não são donos do saber e do conhecimento e que, pelo

fato de terem experiências e vivências, não necessitam subjugar os mais novos. É necessário, contudo, um aprendizado de mão dupla, isto é, as crianças precisam aprender com os adultos e os mais velhos que elas, de modo que os mestres tenham que lidar com as situações cotidianas a envolver a criança com mais paciência, calma, consciência, reflexão, modificando o comportamento, enquanto as crianças vão recebendo a transmissão da cultura e as regras que fazem parte da sociedade.

Do mesmo modo como não cabe aos pais ou professores tolher o aprendizado e a vivência das crianças, mas, sim, estimular, mediar, orientá-las para que possam fazer reflexões, análises e ter um crescimento mental, sem disciplinar demais nem tratá-las desprezando seu conhecimento prévio como se fossem uma tabula rasa, também é imperioso perceberem que elas possuem uma pequena experiência de vida, consequência de suas observações. Não é necessário, no entanto, que os pais sejam condescendentes ou autoritários demais, porém que apenas deixem que a disciplina cresça com a civilização, a noção de regras, normas imperativas; enfim, uma vez que, se é natural que a educação se impregne, com o tempo, de certa austeridade, não é menos exato que os novos conhecimentos sobre a natureza da criança tendem a atenuar essa disciplina e a quebrar-lhe os rigores, para obter, na sua educação, o máximo de resultado com o mínimo de coação sobre elas.

Assim, sabe-se que é preciso permitir-lhes fazer tentativas, ensaios, experimentar, vinculando a prática com o estímulo das experiências, de maneira que esse processo, na concepção de Azevedo, torna mais fácil desvendar o mundo mágico ou imaginário da criança, por meio do qual, uma vez descoberto, se pode estabelecer uma educação com objetivos determinados e possuir o controle da criança ou a resposta do por que se refugia em seu mundo mágico.

Certamente não será exigido dos pais um trabalho de observação e de análise

que realizam com espírito e métodos científicos o psicólogo, cientista o investigador, enfim, mas que tenham um certo nível de cultura e algum espírito de observação, que acompanhem o desenvolvimento da sensibilidade e da personalidade infantil, para obterem melhores resultados no seu trabalho educacional. (AZEVEDO, [1948], 1958a, p. 38).

Nesse sentido, a escola deve ensinar juntamente com os pais, ou seja, pais e escolas devem estar em sincronia; é por isso que a família deve estar presente na formação educacional, na vida escolar, participando das atividades e ensinando os alunos a não terem preconceitos, porque nascem isentos deles. São os pais e os governantes que lhes embutem tais preconceitos, no decorrer de suas vidas; assim, a igualdade é um dos pressupostos da política educacional de Azevedo.

Cabe aos pais ensinar a seus filhos a viver em meio à liberdade, porque estes devem saber até que ponto podem desfrutar dela e até que ponto ela é inerente ou imanente ao processo educacional. Os pais e professores precisam saber que a liberdade necessita ser sujeita a flutuações e que é ilusão dos pais acreditarem que podem educar seus filhos como quiserem, porque os costumes que seguimos fazem parte de nossa tradição ou são regras da sociedade. Assim, em seu livro de 1947, *Na batalha do humanismo* (1958a, p. 74), a sua prática educacional decorre de uma contraposição ao sistema de educação que consistia, na época, da participação não só de professores do sistema escolar, porém também da família que, para ele, possui papel importante na educação do aluno e nas suas experiências.

A família, para Fernando de Azevedo, é fundamental na formação do homem, pois dela dependem os primeiros processos de transmissão da cultura; já no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* (1932, p. 88), Azevedo discorre sobre a função da família na educação; assim também, para ele, os meios e as práticas

escolares são mais importantes que os conteúdos, de forma que a estrutura física de um colégio é extremamente importante para o aprendizado do aluno.

Na prática educacional do autor, um dos fatores da formação do homem é a coletividade, porque todo o processo de formação está relacionado ao envolvimento da sociedade, quer dizer, a transmissão da cultura depende da família e de pessoas aptas a analisar e organizar o plano de ensino. Enfim, são vários tipos de profissionais que atuam juntos em um mesmo sentido, com funções diferentes, alguns dos quais estão vinculados à educação direta ou indiretamente e com os mesmos objetivos, mas, para que haja uma formação do homem integral, é necessário que a sociedade funcione como um organismo de forma sincronizada e organizada.

Contudo, a sua prática pedagógica não compreende apenas a estrutura física do aparelho educacional ou a conscientização de toda a sociedade, mas consta também de oferecer ao ensino geral ou comum respaldo para servir a toda a população e, de certo modo, propor uma fusão das duas culturas pela penetração do espírito e dos métodos científicos. Tal prática corresponde igualmente a ministrar cultura comum (de massa) ou geral, com uma quebra na unidade, isto é, a fazer disciplinas diferentes no ensino secundário, contendo uma variação na grade curricular de uma escola, com o intuito de melhorar esse ensino, porque ele é o pressuposto para o ingresso na universidade e a ele cabe exercer duas funções ou finalidades, no processo de transmissão da cultura: a formação profissional, incluindo a de técnicos de alto nível, e a preparação de especialistas, nos domínios da filosofia e da pesquisa científica, que se diferenciam por sua organização e pela natureza de suas escolas e institutos.

Com efeito, esse ensino secundário caracteriza-se por completar o ensino geral ou comum e fornecer uma base mais segura, além de ter papel assimilador e exercer uma função seletiva. Por isso, Fernando de Azevedo pensa a sua prática de ensino buscando o homem desde a sua infância até a sua plena maturidade, com

uma educação integral, que abrange todas as fases de seu desenvolvimento, crescimento e formação.

Mas sejam quais forem as dificuldades que tenhamos de enfrentar, é de nosso dever organizar um largo plano de ação, para atacar por todas as formas o problema da educação popular e extinguir ou reduzir a ínfimas proporções a mancha aviltante do analfabetismo em São Paulo, quer estendendo cada vez mais a rede escolar, para apanhar todas as crianças em idade escolar, quer ampliando o plano de alfabetização e de educação dos adultos, sob os seus diferentes aspectos, culturais, recreativos, e profissionais, em cuja execução está empenhado o Governo Federal e a que daremos todo o apoio necessário para que possa alcançar os resultados desejados. (AZEVEDO, [1948], 1958a, p. 48).

No entanto, para que se realize a missão da universidade, é necessário que se forme e se desenvolva a consciência de deveres e de direitos, da necessidade do esforço e da disciplina. Para ele, o aluno deveria cursar um ciclo de iniciação de dois anos, após o ensino secundário, o qual estaria vinculado às faculdades, com o intuito de auxiliar o estudante a receber cultura científica, literária e técnica. O autor propõe esse ponto, porque, se o aluno entrar direto na faculdade, terá um ano de matérias denominadas pré-requisitos (cultura geral) e apenas no segundo ano terá as matérias vinculadas diretamente a sua área, podendo avaliar se está apto para o curso ou não. Após essa fase, o aluno é inserido na investigação científica correspondente à função primária da Universidade, mediante a pesquisa.

Assim, o governo de São Paulo criou a faculdade como um protesto de formação e afirmação da fé na liberdade de pensamento e na investigação de crítica e de debate, que constitui os fundamentos das instituições democráticas e universitárias. Ela será mais do que um sistema

de ensino superior, no conjunto de cujos institutos se elaboram a ciência e a alta cultura; deve ser o centro orientador de todas as energias coletivas em que se forjam e se condensam as modalidades e os ideais que se pretendam imprimir à nação, e, por isso, como não se pode dar forma e expressão senão aos ideais e às correntes do tempo e do meio, nem trabalhar senão com o material que lhe fornece a vida social, a faculdade tem de transformar-se num sistema de antenas suscetíveis de entrarem em vibração aos menores contatos sociais ou num órgão sensível a todas as inquietações e aspirações coletivas e, em consequência, capaz de se antecipar aos acontecimentos, para orientar eficazmente as transformações sociais, políticas e econômicas (AZEVEDO, 1958b, p.58).

Contudo, se a Universidade deve ser, por isso, um foco de alta cultura, extensa e intensiva, e das humanidades antigas e modernas que concorrem diretamente para formação não só do homem de ciência, mas também das verdadeiras elites políticas, que vão diretamente ao essencial e têm o gosto das idéias gerais, sem cair no vago e no obscuro, não é menos necessário que ela seja também um centro poderoso para aquisição de técnicas de trabalho, tanto pelo estudo teórico das bases científicas das profissões, como pela assimilação dos métodos de trabalhos profissionais, nos diversos ramos de atividade e de produção.

Nesse ponto, recorreremos a Penna (1987, p.64), o qual interpretou brilhantemente a visão de Fernando de Azevedo, quanto à sua posição sobre a Universidade, dizendo serem necessários nela não somente o estímulo à pesquisa - que deve ser o reino da liberdade, discussão, dúvida, mola propulsora de todo o pensamento crítico – como também a criatividade, com espaços para intercâmbios, elaboração, desenvolvimento e transmissão da cultura de seu tempo.

As faculdades são mais do que um sistema de ensino superior, no conjunto de cujos institutos se elaboram a ciência e a alta cultura, ela deve ser o centro orientador de todas as energias

coletivas, em que se forjam e se condensam as modalidades e os ideais e as correntes do tempo e do meio, nem trabalhar senão com o material que lhe fornece a vida social, ela tem de se transformar-se num sistema de antenas suscetíveis de entrar em vibração aos menores contatos, sociais ou num órgão sensível a todas as inquietações coletivas, capaz de antecipar os acontecimentos para orientar eficazmente as transformações sociais, políticas e econômicas. (AZEVEDO, 1958b, p, 59).

Os trabalhos de laboratório e de seminário, as investigações e os inquéritos devem, pois, preponderar no plano das atividades universitárias, para que o gosto e os métodos de observação, de experimentação e de descoberta científica se instalem na vida normal da Universidade e nela formem um grupo de iniciadores e de mestres, em todos os ramos de estudo. Dessa forma, desenvolver-se-á um espírito comum de pesquisa livre e desinteressada, de cooperação incessante, com o qual se possa manter, apesar de todos os obstáculos e das diferenças individuais de caracteres e de opiniões, uma solidariedade profunda e irredutível entre os seus membros, como um verdadeiro centro de estudo dedicado aos progressos das ciências e aos professores, o qual sirva para despertar o espírito científico, que é a curiosidade e o gosto pela investigação.

Enfim, o tipo de homem de que necessitam as sociedades atuais é o homem de profissão, o cientista, técnico, especialista, que vale pelo seu poder criador ou pelo seu espírito vivo.

A cada época, na marcha da civilização, correspondem processos novos de educação para uma adaptação constante às novas condições da vida social e à satisfação de suas tendências e de suas necessidades. As idéias e as instituições pedagógicas são essencialmente o produto de realidades sociais e políticas e, à medida que os meios de ação se multiplicam à volta dos homens, estes reclamam satisfações multiplicadas para as suas necessidades não mais somente de seu corpo, mas também de seu espírito.

Toda a educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante, que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade; assim, a questão primordial das finalidades da educação gira em torno de uma concepção da vida, de um ideal, a que se devem conformar os educandos. Ora, se a educação varia de acordo com os aspectos já citados, ela deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um caráter biológico com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo, em todo indivíduo, o direito a ser educado, até onde permitam suas aptidões naturais. Desse modo, Azevedo acredita que é necessário fazer homens antes de fazer instrumentos de produção.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. *A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. O Manifesto dos pioneiros da educação nova.* São Paulo: Melhoramentos, 1932.

AZEVEDO, Fernando de. *Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais.* 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

AZEVEDO, Fernando de. *Na Batalha do humanismo: aspirações, problemas e perspectivas.* 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958a, v 15, p.245-262.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações.* v. XVI. São Paulo: Melhoramentos, 1958b.

PENNA, Luisa. Maria. *Fernando de Azevedo, educação e transformação.* São Paulo: Melhoramentos. 1987.

Recebido em 17/1/2008 e aceito para publicação em 2 /4/2008.